

mdic.empauta.com

Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior
Clipping da imprensa

Brasília, 15 de julho de 2008 às 15h10

Outros assuntos | Ouvidoria

Jornal do Comércio RS | RS

Carta prega combate à corrupção	3
--	----------

POLÍTICA

Carta prega combate à corrupção

POLÍTICA

Ao som do hino rio-grandense, foi apresentada oficialmente na tarde de ontem, no Salão Negrinho do Pastoreio do Palácio Piratini, a Carta Compromisso do governo do Estado para combater e prevenir desvio de dinheiro público. Formulado pelo gabinete de transição, o documento de oito páginas registra o compromisso do governo com a ética, a transparência e a probidade administrativa.

"Chegou a vez de o Rio Grande do Sul mostrar que as instituições modelares não estão sob xeque. Pelo contrário, os ideais republicanos cada vez mais se fortalecem aqui, quando evoluem as organizações que nos permitem dar transparência aos nossos atos", disse a governadora Yeda Crusius, ao reconhecer que seu governo passou por uma intensa crise política. "Primeiro foi um ciclone, depois um terremoto e quase tivemos um tsunami".

Através da Carta, o governo se compromete a fortalecer os órgãos de controle interno - Procuradoria-Geral do Estado (PGE), Contadoria e Auditoria-Geral do Estado (Cage) e **Ouvidoria** - e os órgãos de controle social, por meio dos diversos conselhos hoje existentes e do seu regimento. Também diz que dará prioridade à profissionalização do governo, através do aprimoramento e da implantação de carreiras do serviço público e de investimentos na qualificação dos servidores.

A governadora garantiu ainda que reforçará a gestão por resultados, com indicadores e metas. "A remuneração pela avaliação de desempenho já é uma tônica de todas as organizações transparentes. Todas as organizações que agem de modo transparente têm critérios de avaliação de premiação", entende.

Anunciada um mês e uma semana após a divulgação do diálogo do então chefe da Casa Civil Cezár Busatto com o vice-governador Paulo Feijó, no qual Busatto diz que o governo faz concessões aos partidos para não perder o apoio, a Carta Compromisso foi as-

sinada por representantes dos cinco partidos que compõem a base aliada (PSDB, PMDB, PP, PTB, e PPS) e pelo primeiro escalão. O documento lista as ações que o governo irá tomar para coibir desvios de conduta. Entre as medidas, está a criação do Comitê de Controle das Finanças Públicas e de Transparência, que irá atuar como uma secretaria de Estado enquanto a Assembléia Legislativa discute a criação de outro órgão de controle das finanças. O Comitê será composto por representantes da Cage, PGE, Ministério Público, Assembléia Legislativa, Tribunal de Justiça e Tribunal de Contas. A governadora também confirmou a implantação do Portal da Transparência, que irá disponibilizar os gastos públicos.

Outra iniciativa será a criação do Cadastro do Gestor Público, que servirá de base de consulta quando da designação de servidores para assumirem coordenação de despesas ou provimento de cargos públicos. De acordo com a governadora, será algo semelhante ao Cadastro Informativo de Créditos Não-Quitados (Cadin), onde são listados os devedores do Estado. "No Cadin, você entra quando não cumpre os requisitos da lei da responsabilidade fiscal e sai quando cumpre", comparou Yeda.

Através de decreto, a governadora instituiu a Comissão de Ética Pública, que tratará da formulação do Código de Ética do Servidor Público Civil do Poder Executivo. Yeda também assinou um ofício encaminhando projeto de lei que cria a Secretaria da Transparência, Prevenção e Combate à Corrupção. "A idéia é que essa pasta seja uma centralizadora dos apontamentos que os órgãos de controle fazem sobre os gestores e esses órgãos vão ter uma missão que hoje não existe: cobrar que o gestor resolva o problema que originou o apontamento e dê prazo para que ele resolva. Se não resolver, vai para o cadastro", explicou Sérgio Camps de Moraes, representante do PPS no gabinete de transição.

Iniciativas recebem apoio

Representantes de diversas entidades, como ARI, Federasul, OAB, Fiergs, Força Sindical, Famurs e Farsul, acompanharam a apresentação da Carta Compromisso, ao lado de integrantes de todos os poderes e do primeiro escalão do governo.

O procurador-geral de Justiça, Mauro Renner, considera positivas as ações anunciadas pelo governo e diz que atualmente as instituições trabalham de forma fragmentada e isolada. "Esperamos que esse gabinete possa fazer o trabalho de interlocução e de costura com as demais instituições, para que se possa identificar previamente o que está acontecendo e para que possamos tomar medidas urgentes".

Para o presidente do Tribunal de Contas do Estado, João Luiz Vargas, suspeito de ter participado da fraude no Detran, as ações podem contribuir para a eficiência do controle dos serviços públicos. "Vivemos em um momento em que todos temos responsabilidade pelo controle externo, o controle social que é necessário para que cada vez avancemos mais na boa aplicação dos recursos públicos", salientou.

O presidente da Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul (Farsul), Carlos Sperotto, entende que a iniciativa é inédita nos executivos estaduais. "Apoiamos, porque acreditamos que um dos caminhos é esse, definido pela governadora".

Mudança no secretariado deve avançar nesta semana. Em meio ao Salão Negrinho do Pastoreio lotado de autoridades para o lançamento da Carta Compromisso, o clima era de expectativa também quanto à reformulação do secretariado. Nos corredores do Piratini, as conversas eram sobre os potenciais nomes que orbitam na cena palaciana. Cotado para a pasta da Segurança, o líder do governo na Assembleia, Márcio Biolchi (PMDB), disse que o assunto "está no campo das especulações" e garantiu que ainda deve ser tratado por deputado e não por se-

cretário. "Vamos aguardar. Nessa semana, haverá continuidade sobre essa discussão", adiantou, ao afirmar que as definições vão ocorrer em aproximadamente 15 dias. "A governadora Yeda Crusius deve estar analisando uns 50 cenários de possibilidades. É preciso haver um ambiente favorável para isso, sem interferências externas", completou Biolchi.

No mesmo tom de cautela, se manifestou o secretário de Segurança, José Francisco Mallmann. "Sobre isso não falo. Estamos na expectativa das orientações do governo", disse. O secretário reafirmou que a sua prioridade é tratar dos assuntos específicos da pasta. "Estou preocupado em trabalhar pela segurança pública do nosso Estado", acrescentou. Se a substituição de Mallmann por Biolchi for confirmada, um provável cenário é a indicação do deputado progressista Pedro Westphalen para a liderança do governo na Assembleia Legislativa. "Não existe nada disso. Não houve nenhum convite", assegurou ontem, após o ato de divulgação da Carta Compromisso. Westphalen garantiu que a conversa informal, logo após a cerimônia no Piratini, com alguns correligionários, entre os quais o secretário de Relações Institucionais, Celso Bernardi, não tratou do assunto. "Estávamos falando de futebol, do jogo de domingo", desconversou.

De concreto mesmo, apenas a confirmação de que o secretário do Desenvolvimento e dos Assuntos Internacionais, Fernando Záchia (PMDB), deixará a pasta até o final do mês para se dedicar à coordenação da campanha do prefeito José Fogaça. A informação foi formalizada, ontem, em reunião do secretariado. Na sexta-feira passada, ele conversou com a governadora para definir seu desligamento do Executivo. "Há entendimento sobre a minha saída. A governadora apenas pediu um prazo para encaminhar a alteração", explicou Záchia.

Yeda descartou que estivesse buscando promover uma reforma para mudar o perfil do secretariado, de técnico para político. "O quadro técnico tem que ter a

capacidade política, assim como o político tem que ter a competência técnica", afirmou. A governadora evitou classificar de reforma as alterações no primeiro escalão. "Quando as mudanças são necessárias, se faz. Não são reformas, mas ajustes permanentes", completou Yeda, sem estabelecer prazos.

Governadora terá 15 dias para explicar aquisição de imóvel

O procurador-geral do Ministério Público de Contas (MPC), Geraldo da Camino, estabeleceu o prazo de 15 dias para que a governadora Yeda Crusius apresente esclarecimentos sobre a compra de sua casa em Porto Alegre.

A notificação foi feita ontem, no gabinete do procurador do MPC, através de ofício entregue ao advogado de Yeda, Paulo Olímpio de Souza. Ele alega já ter reunido todos os documentos que comprovam a lisura na aquisição do imóvel, o que possibilita que o material seja entregue até esta quinta-feira.

O pedido formal de explicação sobre a compra do imóvel, no valor de R\$ 750 mil, é um desdobramento da representação feita no dia 30 de junho pelo P-Sol e PV. As duas legendas alegam incompatibilidade entre a renda e o patrimônio da governadora.

Segundo Pedro Ruas, advogado das siglas, a determinação já era esperada em respeito ao direito de defesa. Ontem, ele esteve com Da Camino e também foi informado da notificação de número 333/08. "Já imaginávamos esse movimento. Agora está aberto o prazo de defesa e podemos afirmar que o processo tramita com celeridade", avalia.

A polêmica sobre a compra ganhou força no depoimento do delegado aposentado Luiz Fernando Tubino à CPI do Detran. Segundo ele, o empresário tucano Lair Ferst, um dos indiciados pelos desvios no departamento de trânsito, teria repassado R\$ 400 mil à governadora, no final da campanha de 2006, que te-

riam sido usados na aquisição do imóvel.

A declaração foi rebatida pela governadora. Segundo ela, a casa, localizada na rua Araruama, no bairro Vila Jardim, foi adquirida com o dinheiro da venda de um veículo, de apartamentos em Brasília e Capão da Canoa, além da contratação de um empréstimo.

A versão foi apresentada também pelo líder do governo na Assembléia, deputado Márcio Biolchi (PM-DB). Na CPI, ele entregou aos deputados uma declaração da Polícia Federal apontando que a transação não havia sido alvo de investigação durante a Operação Rodin.

PT entrega representação ao MPF e MPE

Depois de ter encaminhado representação ao Ministério Público de Contas, deputados petistas entregaram ontem ao Ministério Público Federal (MPF) documento pedindo a apuração de possíveis irregularidades praticadas pela governadora Yeda Crusius, pelo presidente do Tribunal de Contas, João Luiz Vargas, e pelo deputado federal José Otávio Germano (PP), além de quatro ex-secretários estaduais: César Busatto, Delson Martini, Ariosto Cullau e Marcelo Cavalcanti.

Os deputados do PT pediram atenção especial do MPF para a evolução patrimonial da governadora. A representação solicita que seja investigada a origem dos recursos utilizados na compra de uma casa em Porto Alegre por Yeda Crusius logo após a campanha eleitoral de 2006.

Eles sustentam também que a participação do deputado José Otávio Germano no esquema do Detran é flagrante e que uma série de evidências desnudam a ligação entre o presidente do TCE, João Luiz Vargas, e mentores da fraude. O procurador Enrico Rodrigues de Freitas afirmou que os documentos serão anexados aos que já estão sendo analisados pelo Ministério Público Federal.

Continuação: Carta prega combate à corrupção

Hoje, às 10h30min, na sede do Ministério Público Estadual (MPE) , o PT entrega ao procurador-geral de Justiça, Mauro Henrique Renner, representação que pede o indiciamento de pessoas com suposto envolvimento na fraude do Detran. O documento pedirá ênfase na análise do convênio entre o Detran e a Fenaseg e nos desdobramentos referentes a financiamentos de campanhas eleitorais.

Legislativo

Härter pede mais transparência sobre contratos

O deputado Nelson Härter (PMDB) quer ampliar, através de projeto de lei complementar, o acesso ao sistema de Administração Financeira do Estado (AFE) . Hoje, a consulta é restrita aos poderes Executivo e Legislativo.

O parlamentar sugere que também possam consultar informações no sistema as instituições federativas,

os Coredes, as universidades e a sociedade civil organizada.

A proposta, segundo ele, pode aumentar a transparência dos contratos celebrados pela administração pública direta, indireta ou funcional de qualquer um dos poderes do Estado. Härter também ressalta a importância de dar condições para que a Contadoria e Auditoria-geral do Estado (Cage) possa atuar. O deputado entende que é preciso aumentar o número de funcionários do setor que cuidam da execução orçamentária.

Para o contador e auditor-fiscal do Estado Roberval Marques, o Estado já está desenvolvendo um Sistema de Finanças Públicas do Estado, que integra a proposta do programa Transparência RS e deve melhorar o acesso às consultas.